

IDEAU

NORMA EM MICHEL FOUCAULT: UM OLHAR PARA OS DITOS INCLUSIVOS NA LITERATURA INFANTIL

NORM IN MICHEL FOUCAULT: A LOOK AT INCLUSIVE SAYINGS IN CHILDREN'S LITERATURE

LA NORMA EN MICHEL FOUCAULT: UNA MIRADA A LOS DICHOS INCLUSIVOS EN LA LITERATURA INFANTIL

Suzana Mattos da Rosa

Doutoranda em Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: suziros@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-8235-7287>

Bárbara Hees Garré

Doutora em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: barbaragarre@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6229-1603>

Paula Corrêa Henning

Pós-Doutora em Filosofia, Universidad de Murcia, Espanha.
E-mail: Paula.c.henning@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3697-9030>

RESUMO

Este artigo tem por finalidade movimentar tensionamentos a partir da temática da inclusão dos deficientes na sociedade. Os pressupostos teóricos e metodológicos são embasados na perspectiva da análise enunciativa do discurso, a partir de algumas ferramentas conceituais de Michel Foucault. Consta de um aprofundamento teórico em torno do conceito de norma, investido a partir de contribuições dos estudos foucaultianos da arqueologia e genealogia. A partir do *corpus*, livros de histórias infantis, em que os personagens têm deficiências e superam barreiras e preconceitos, decorrem os tensionamentos do estudo. As discussões se situam na tentativa de provocar o pensamento sobre a sociedade de normalização, que acontece no espaço de um caráter relacional da norma, a partir de diferentes estratégias. Nessa seara, são trazidas algumas problematizações em torno da temática da inclusão atrelada à lógica neoliberal. As problematizações trazidas buscam tensionar, portanto não há objetivo de entregar respostas.

Palavras-chave: Educação. Deficiência. Sociedade de Normalização.

DOI:10.55905/reiv6n2-007

Submitted on: 5.26.2026| Accepted on: 5.28.2026| Published on: 7.23.2026

ABSTRACT

This article aims to generate tensions around the theme of including people with disabilities in society. The theoretical and methodological assumptions are based on the enunciative discourse analysis perspective, using some conceptual tools from Michel Foucault. It includes a theoretical deepening on the concept of norm, drawn from contributions of Foucaultian studies of archaeology and genealogy. Based on a corpus of children's storybooks featuring characters with disabilities who overcome barriers and prejudices, the tensions of this study arise. The discussions attempt to provoke thought about the society of normalization, which occurs within the relational character of the norm, using different strategies. In this context, several problematizations are raised regarding the theme of inclusion linked to neoliberal logic. The problematizations presented aim to provoke tension; therefore, there is no objective of providing answers.

Keywords: Education. Disability. Normalization Society.

RESUMEN

Este artículo busca generar tensiones en torno a la inclusión de las personas con discapacidad en la sociedad. Los supuestos teóricos y metodológicos se basan en la perspectiva del análisis del discurso enunciativo, utilizando algunas herramientas conceptuales de Michel Foucault. Incluye una profundización teórica sobre el concepto de norma, extraída de las contribuciones de los estudios foucaultianos de arqueología y genealogía. A partir de un corpus de cuentos infantiles con personajes con discapacidad que superan barreras y prejuicios, surgen las tensiones de este estudio. Las discusiones buscan reflexionar sobre la sociedad de la normalización, que se da dentro del carácter relacional de la norma, utilizando diferentes estrategias. En este contexto, se plantean diversas problematizaciones sobre el tema de la inclusión vinculado a la lógica neoliberal. Las problematizaciones presentadas buscan provocar tensión; por lo tanto, no buscan ofrecer respuestas.

Palabras clave: Educación. Discapacidad. Sociedad de Normalización.

1 PISTAS INICIAIS

Colocar sob suspeita temáticas da atualidade, problematizando-as a partir da teorização foucaultiana, é um desafio que nos inquieta e nos desestabiliza, porém é dessa mesma inquietação que emergem nossos instigantes temas de pesquisa. Nessa correnteza, este artigo¹ tem a finalidade de movimentar alguns

¹ Este trabalho de análise é parte de um estudo de Mestrado em Educação, que se desdobrou na atual proposta de Tese, ambos fundamentados pelas ferramentas de análise foucaultianas, tendo como fio condutor o conceito de norma.

olhares, a partir dos estudos foucaultianos, em torno de como vimos problematizando a temática da inclusão dos deficientes na sociedade. A temática da inclusão é uma verdade contemporânea que circula a partir de diferentes discursos, a percebemos proferida por todo o corpo social, reverberando verdades e, também, normalizando comportamentos.

De antemão, demarcamos que nossa problematização tratará de pensar o discurso inclusivo que acontece no espaço de uma sociedade neoliberal e, com isso, importa-nos evidenciar que é a partir desse cenário que pensaremos um conceito foucaultiano importante neste artigo, a norma. Esse movimento de estudo não é simples, é preciso investir em um processo intenso de pesquisa, construído e desconstruído recorrentemente. Dito isso, desejamos sinalizar que ao estudar Michel Foucault somos tomadas pelo “terno incômodo” (Fischer, 2012) de trabalhar com suas ferramentas².

Para sistematizar este texto, de forma a comunicar melhor nossas percepções, organizamos o artigo em três seções. Na primeira seção, nossa atenção estará voltada em demonstrar alguns apontamentos significativos sobre norma em Michel Foucault, tanto em obras que se situam no registro da arqueologia quanto em obras do registro genealógico, trazendo, também, embora que de forma breve, a importância do poder disciplinar para compreender sua articulação ao conceito aqui estudado. Na continuidade do texto, na segunda seção, como forma de argumentar como a norma passou a assumir um caráter relacional, faremos algumas problematizações do conceito no contexto da sociedade de normalização.

Na terceira seção, pensaremos alguns atravessamentos do conceito estudado e os discursos inclusivos, a partir da análise de alguns excertos retirados da coletânea de livros infantis: *A Ciranda das Diferenças* (Honora, 2010), que se ocupa da temática da inclusão, através da experiência de personagens que são animais, todos portadores de deficiências. Junto às análises, na conversa com a teorização estudada, serão apontados alguns importantes atravessamentos em que problematizaremos a temática da

² Expressão utilizada a partir dos estudos foucaultianos, nos quais o filósofo busca operar com seus conceitos teóricos como ferramentas (Foucault, 2014a).

inclusão, funcionando junto à perspectiva neoliberal de governo. Para concluir este primeiro momento do texto, onde tecemos essas pistas iniciais, enfatizamos que atitude de problematizar é “algo que ocorre na medida em que colocamos sob suspeita nossas formas de pensar, de agir e de ser no mundo” (Santos; Santos; Ferrari, 2021, p. 150).

2 ARQUEOLOGIA E GENEALOGIA: A NORMA COMO ESTRATO DE SABER E DE PODER

Quando olhamos o cenário da inclusão na sociedade contemporânea, em que o desejo de incluir os sujeitos deficientes e suas famílias é bastante recorrente, é possível perceber alguns tensionamentos feitos por Michel Foucault, ao trabalhar o conceito de sociedade de normalização. É importante evidenciar que a busca incessante pela participação ativa de todos na sociedade se pauta em uma racionalidade neoliberal³, em que funcionam de forma muito potente os ideais de uma vida cada vez mais útil, produtiva e regulada por marcadores minuciosos, como por exemplo os estudos populacionais que determinam como agir em cada fase da vida para ser cada vez mais saudável. Para compreendermos melhor o cenário no qual escolhemos construir essa problematização, entendemos que se torna importante mapear algumas balizas sobre o conceito de norma.

No que se refere a fazer pesquisa com Michel Foucault, alguns estudiosos, ao tentar organizar seus trabalhos, a partir do pensamento do filósofo, habitualmente os realizam defendendo a percepção de que poderíamos dividi-los em três fases, três domínios, três registros não estanques, mas articulados entre si, “conhecidas pelas denominações de arqueologia, genealogia e ética” (Veiga-Neto, 2014, p. 35). A partir dessa proposição, nos parágrafos que seguem, passaremos a pensar sobre alguns aspectos

³ A racionalidade neoliberal se pauta, principalmente, na defesa de que os livres mercados e a lógica da competição são os principais mecanismos para alcançar o desenvolvimento econômico e o bem-estar social.

significativos em torno do conceito de norma, tanto na arqueologia como na genealogia.

Entendemos que a arqueologia corresponde aos estudos que Foucault (2008) realizou em torno das formas de saber e que a genealogia se refere aos momentos dedicados por ele a entender as relações de poder. É importante salientar que tal diferenciação se dá apenas para fins de estudo, pois uma das fortes ênfases nos textos do filósofo está no fato de não ser possível separarmos as relações de saber das relações de poder.

Para compreendermos o deslocamento do conceito de norma a partir dos estudos de Michel Foucault, alguns teóricos nos auxiliam de forma ímpar e, neste momento, citamos Fonseca, que enfatiza:

Assim, no ambiente dos textos da arqueologia, onde o que está em jogo é o problema de percorrer os solos epistêmicos que tornaram possíveis saberes como a psiquiatria, a medicina e as ciências humanas, a norma se especifica na forma da bipolaridade do normal e do patológico, como princípio de separação de objetos e sujeitos no interior desses saberes. Por sua vez, no ambiente dos trabalhos da genealogia, marcados por uma analítica do poder, a norma se especificará segundo outras formas, muito mais próximas de mecanismos e de tecnologias positivas de poder (Fonseca, 2002, p. 58).

A partir das ideias de Fonseca (2002), é possível perceber que o tema da norma, numa concepção arqueológica, toma forma no corpo das discussões feitas entre o normal e o anormal, principalmente, enfatizando, a partir dos saberes, aquilo que determinava o aceitável e o recusável. Foucault (2008, p. 43, grifos do autor) nos provoca para esse entendimento, quando, ao dedicar-se à análise dos estratos de saber, faz-nos perceber como a medicina e as ciências humanas são constituidoras de verdades, as quais atribuem “um ‘carácter normativo’, pelo qual os objetos e os sujeitos neles implicados, ou por eles estudados, são separados em dois campos, aquele do normal e do anormal, do normal e do patológico”.

Nesse contexto de pensar e repensar a norma como estrato de saber e de poder, valem alguns apontamentos importantes, pois é decisivo perceber que há um deslocamento que foi se modificando ao longo desse processo, para que

possamos compreender como ela passa a constituir a sociedade de normalização. Em um momento anterior, ainda na transição para a modernidade, a norma se organizava muito mais sob a égide de determinar o grupo dos normais e dos anormais, definindo regras a priori. Logo após, num tempo não dissociado da fase anterior, passou-se a conhecer melhor os sujeitos para assim aproximá-los cada vez mais da norma. Esses estudos em torno da “norma de saber” e da “norma de poder” são significativos, pois neles são referenciados princípios dos quais é relevante compreender que a norma assume:

[...] historicamente, ou seja, a forma de “norma de saber”, anunciando critérios de verdade cujo valor pode ser restritivo ou constitutivo, e a forma de “norma de poder”, fixando para o sujeito as condições de sua liberdade, segundo regras externas ou leis internas (Fonseca, 2002, p. 49).

O excerto acima nos ajuda a compreender o quanto a temática da norma sofre deslocamentos históricos, vai se reajustando e atendendo a princípios de integração dentro desse grande exercício de compreensão do sujeito. A norma que Fonseca (2002) caracteriza como sendo da fase arqueológica se destina mais a fazer emergir os estratos de saber, sendo que estes são valorizados, ao conhecer os sujeitos e esmiuçá-los de forma detalhada. Já a norma na fase genealógica é caracterizada por um princípio maior de integração, que traz o sujeito ao meio, coloca-o em ativa participação, fazendo funcionar estratégias que permitam sua integração nos diferentes espaços sociais. No entanto, essa norma mais flexível não é ingênua, ela fixa as condições dessa suposta liberdade, porém de forma mais sutil.

Enfatizamos que as análises normativas do poder, feitas pelo filósofo em seus estudos genealógicos, “não deixam de remeter à ideia de separação, de bipolaridade do normal e do patológico” (Fonseca, 2002, p. 58), mais enfatizados na fase arqueológica. No entanto, nos textos e estudos que analisam o poder, a norma

[...] se afasta de uma forma que oferece como um princípio de distribuição de objetos e sujeitos no campo do normal e do anormal e assume a forma de uma ação, remetendo à ideia de mecanismos e

estratégias de constituição dos objetos e sujeitos. A norma se substantiva e se torna verbo. Mais pertinente que falar em norma será falar em “normalização” (Fonseca, 2002, p. 60, grifo do autor).

O conceito de norma, em Michel Foucault, é balizador da normalidade, e emerge nos estudos arqueológicos. Tal percepção em torno dela não deixa de existir nos estudos genealógicos, porém deles interessa-nos, prioritariamente, o fato de a “norma” tornar-se um “processo de normalização”, que explora os mecanismos de poder implicados na constituição dos sujeitos. Compreender a movimentação discursiva do conceito em relação aos efeitos sociais que produzem as percepções de normalidade e anormalidade é muito importante para problematizarmos o discurso da inclusão.

A busca por compreender a temática da norma em Michel Foucault faz com que outros conceitos do filósofo também se tornem importantes. Dito isso, não poderíamos deixar de citar, nesta escrita, a temática do poder disciplinar que agirá sobre a lógica dos estratos de saber e de poder. Em seus estudos arqueológicos, Michel Foucault já tematizava sobre a disciplina e, ao analisar fortemente os estratos de poder, que se engendram e potencializam a sociedade de normalização, a temática do poder disciplinar se ocupará de muitas das suas aulas e de seus escritos.

Por perceber a potência de tematizar sobre o poder disciplinar como um conceito foucaultiano que se movimenta entre as duas fases, arqueológica e genealógica, é que investimos em trazê-lo neste artigo. É no poder disciplinar que vemos operar os primeiros indícios de um poder produtivo, que dá solo à sociedade de normalização. São contemporâneas ao seu exercício as evidências em torno de um sujeito mais autônomo, embora em um corpo docilizado. Ao tensionar como foram acontecendo os processos de normalização nos estudos do filósofo, Fonseca (2002, p. 155) enfatiza: “A primeira forma que assume a normalização em Foucault é a disciplina [...] ao falar da normalização o autor estará se reportando aos mecanismos disciplinares”.

O livro *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão* (2014b), escrito por Michel Foucault, segundo Fonseca (2002), é caracterizado pelas análises e pelos estudos feitos também em torno da norma. O autor destaca que “de todos os

livros de Foucault, talvez este seja o texto em que os mecanismos de normalização começam a ter seus funcionamentos descritos em maior destaque” (Fonseca, 2002, p. 121). O estudioso de Michel Foucault nos ajuda a compreender o quanto “a diferença entre o princípio de repressão e um mecanismo produtivo do poder, no que tange a ideia de norma em Foucault, é central” (Fonseca, 2002, p. 87). Cabe, ainda, acrescentar que, na obra citada, Foucault (2014b, p. 180) não só afirma que “aparece por meio das disciplinas, o poder da norma”, como também recorre à questão da penalidade dos erros, enfatizando que ela “controla todos os instantes das instituições disciplinares, compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em outra palavra, ela *normaliza*” (Foucault, 2014b, p. 170-180, grifos do autor).

É marcante nos escritos de Michel Foucault, ao relacionar a temática da norma ao poder disciplinar, o fato de que os sujeitos dos corpos dóceis e submissos, fabricados nas instituições disciplinares, serão alvo de tantas outras estratégias. O poder disciplinar é funcional em uma sociedade de normalização, pois o investimento sobre o corpo do indivíduo fará dele alguém capturado pelas diferentes tecnologias de poder. Ao referenciar o poder disciplinar, destacamos que, para entendermos os processos de normalização, é preciso considerar que processos disciplinares estão sempre operando junto às demais estratégias e, por isso, salientamos que vivemos em “uma sociedade onde se cruzam, segundo uma articulação octogonal, a norma da disciplina e a norma da regulação” (Foucault, 2016, p. 213).

Nesta seção, trouxemos essas primeiras balizas fundamentais ao estudo do conceito de norma. Na próxima seção, mencionaremos alguns fundamentos do conceito em um aspecto mais relacional, no qual percebemos cada vez mais a norma operando como uma forma de colocar em funcionamento as relações de poder, que não se sobrepõem às relações de saber, elas funcionam em consonância para que o movimento de normalização aconteça.

3 A NORMA EM SEU ASPECTO RELACIONAL: APONTAMENTOS SIGNIFICATIVOS

Ao procurar compreender as formas de assujeitamento que passaram a compor o sujeito da modernidade, Michel Foucault o fez por diversos caminhos teóricos-metodológicos e, em quase todos eles, passou a compreender que o sujeito, ao qual ele se propunha estudar, se construía a partir de relações de poder e de saber, constituintes de diferentes processos de subjetivação. Ao percorrer tais caminhos e realizar suas pesquisas, compreende-se que Michel Foucault percebia que a temática da norma permeava esses diferentes contextos.

Uma das significativas contribuições de Michel Foucault, para pensar o tema da norma, aconteceu quando ele se dedicou a compreender a função da medicina psiquiátrica junto às penalidades legais. Esse importante estudo do filósofo se deu no curso *Os Anormais* (2001) e é indispensável a toda a discussão que se propõe em operar com o conceito de norma. Nele, Foucault (2001, p. 204) enfatiza que a norma deve ser entendida como “regra de conduta, como lei informal, como princípio de conformidade; a norma a que se opõe a irregularidade, a desordem, a esquisitice, a excentricidade, o desnivelamento, a discrepância”.

Desse modo, como mencionamos anteriormente, o caráter prescritivo da norma vai se tornando insuficiente para a manutenção da vida em sociedade, emergindo a necessidade de colocar em movimento normas mais flexíveis e ajustáveis, que minimizassem a figura do sujeito anormal e suas implicações sociais e econômicas. Entendemos ser importante mencionar que, ao analisar as instituições psiquiátricas, Foucault (1978) nos trouxe discussões significativas para a compreensão da norma e seus deslocamentos. Ele estudou os hospitais psiquiátricos, na intenção de problematizar as práticas sociais de controle e exclusão, e, ao aprofundar-se nessa análise, trouxe-nos tensionamentos que nos ajudam a compreender os deslocamentos das formas de poder ao longo da história.

Foucault (2016, p. 206), também, potencializa seus estudos em torno da norma em seu aspecto relacional, com as percepções que surgem a partir do contexto da medicina social, sendo que o corpo que antes era visto como individual, passa a ser compreendido como “corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito, pelo menos necessariamente numerável”. Olhar para essa multiplicidade nos auxilia na compreensão de que o contingente populacional toma força e que as ações, a partir de um momento histórico, passam a ser centradas nos estudos, nas pesquisas e no que se pautava a ciência para conhecer a população. A verdade não estava mais na construção de um corpo docilizado, sendo que diferentes estratégias passaram a operar ampliando seu olhar para um corpo múltiplo.

Os estudos produzidos pelos diversos campos das Ciências foram fundamentais para que a norma passasse a ser cada vez mais inclusiva. Para Foucault (2008), a medicina e todas as demais mudanças percebidas na mesma época histórica tomaram o corpo como força de produção e de trabalho. A descrição feita por ele aponta à compreensão de que o poder se centrou no corpo como espécie e deu início a uma “mecânica do ser vivo” (Foucault, 2016), que se preocupava com a vida da população.

Essa análise coloca o corpo, também, como instrumento de subjetivação através da força e do exercício de cada vez fazer mais e melhor. Toda essa maquinaria acontece no advento dos processos de industrialização, que movimentam a sociedade e colocam em maior evidência os princípios de produção da força de trabalho, da utilidade dessas forças e da diminuição do risco de perder o controle sobre o gerenciamento da população. Toda essa percepção, acontece “sob a influência de um maquinismo industrial nascente que levará, enfim, ao que se chamou, desde então, de normalização” (Canguilhem, 2022, p. 187). O advento da industrialização que captura os corpos para efetivar sua lógica é importante para a produção das normalidades.

Com o advento das ciências, a medicina de caráter mais social passou a estudar o corpo, analisando seus muitos aspectos e buscando prever e antever as diferentes situações que poderiam fragilizá-lo a ponto de não corresponder mais ao que era normalizado. Assim, a norma, antes vista como regras

estabelecidas a priori, assume uma funcionalidade maior, passando a estar inserida no contexto em que emerge.

Nesse contexto, onde a análise se centra no sujeito, a norma deixa de ser um ideal a ser atingido e passa a ser algo interno, que vai surgir muito mais nas relações de comparação e no estudo das melhorias, das necessidades e dos riscos que envolvem a população. Essa passagem da norma como um ideal quase inalcançável para aquela que objetifica incluir, aconteceu também na emergência dos estudos da matemática⁴. Estes tornaram as realidades numeráveis e visíveis através da estatística. Eles analisam e demonstram, de forma quantificável e, por isso, pouco contestada, a realidade da população, considerando índices importantes e, principalmente, calculando possíveis riscos.

Os estudos estatísticos indicaram a emergência da população e possibilitaram o surgimento de muitos dados necessários ao governo dos homens e, principalmente, apontaram que “através de seus deslocamentos, de sua atividade, a população produz efeitos econômicos específicos” (Foucault, 2022, p. 188). É importante que tomemos aqui os estudos estatísticos como “campo de produção e reprodução culturais” (Popkewitz; Lindbland, 2001, p. 111).

Essa sociedade de normalização, na qual vimos problematizando alguns efeitos do discurso inclusivo, segundo Canguilhem (2022, p. 196), acontece justamente “ao prever as margens de tolerância para os desvios das necessidades, assim como prevê margens de tolerância para os objetos caracterizados por normas”. Essa tolerância e essa flexibilidade, constituintes da norma em seu aspecto relacional, permitem que, de uma forma ou de outra, todos estejam incluídos, fazendo a sociedade acontecer sempre a partir de um princípio de inclusão. Canguilhem (2022, p. 197) ainda enfatiza que a “normalização exclui o conceito de imutabilidade e inclui a antecipação da possibilidade de maior flexibilidade”.

⁴ Para Michel Foucault, a Matemática fez parte do grupo das ciências exatas que tratou de entender que o “ideal é a concatenação dedutiva e linear das proposições evidentes a partir de axiomas” (Castro, 2016, p. 213).

Nesse contexto apontado por Canguilhem (2022), importa-nos destacar que a lógica de uma sociedade de normalização será sempre de investir em diferentes estratégias que possibilitem ao sujeito perceber-se como alguém inacabado, lutando pela felicidade plena e com objetivo a atingir, vencendo limitações. Para que essa verdade circule, sempre devem operar, previamente, maneiras de conhecer os sujeitos, antecipando possibilidades, alcançando meios para lidar com a frustração e flexibilizando os resultados, para que de tudo possa se extrair percepções positivas sobre o sujeito, mantendo o jogo da normalização, ajustada a todo o momento.

Para amarrarmos as discussões de norma feitas até aqui, enfatizamos uma questão que pode parecer antagônica ao caráter flexível da norma, mas, na verdade, inscreve-se na mesma lógica: a norma é flexível, porém ela “igualiza; torna cada indivíduo comparável a cada grupo; fornece a medida” (Ewald, 1993, p. 109). É importante pensarmos que “tanto o normal quanto o anormal encontram-se no espaço da norma, porém cada um ocupa determinado lugar em relação a zona de normalidade” (Guedes, 2011, p. 41).

Ao propor esta seção teórica que também nos ajuda a movimentar a problematização que se segue a partir do *corpus* discursivo sob análise, entendemos ser significativo enfatizar que a ação da norma sobre o tecido social opera a partir de diferentes estratégias, buscando trazer a todos o mais próximo possível das ditas zonas de normalidade, fazendo com que “nesse processo de normalização, aquele que já é assumido como um (caso) normal, tudo o mais que dele se deriva parece ser também natural” (Veiga-Neto, 2001, p. 956). Nos exercícios analíticos da próxima seção, traremos algumas articulações que permitem tensionar como esse movimento da norma acontece. Nas duas primeiras seções deste artigo, ocupamo-nos de trazer apontamentos que caracterizam a norma como princípio das relações na sociedade contemporânea. Essa tarefa não é nada simples e, por isso, que, ao escrever um texto que dê conta de discutir a temática, sempre será de forma entrecortada por muitos outros atravessamentos que a ela se articulam. Na próxima seção, buscamos colocar em exercício as problematizações a respeito da norma junto

a histórias de literatura infantil em um conjunto de livros intitulados *Ciranda das Diferenças* (Honora, 2010).

4 CIRANDA DAS DIFERENÇAS: UM DISCURSO INCLUSIVO NAS TRAMAS DA SOCIEDADE DE NORMALIZAÇÃO

Atualmente, diferentes movimentos apontam para que a máxima da inclusão seja exercida junto a muitos discursos de inclusão social, como: as racialidades, as crenças religiosas, as diferentes formas de expressão da sexualidade e, potencialmente, a situação em torno da inclusão dos deficientes.

Ao olharmos alguns deslocamentos que Michel Foucault analisa em torno da norma, sinalizando a forma como a exclusão perde seu protagonismo para a inclusão, é possível entender como hoje vivemos a sociedade da normalização, na qual se potencializam discursos inclusivos que mobilizam e fazem funcionar a lógica neoliberal. Segundo Gadelha, desde seu surgimento, por volta dos anos de 1960, esse novo modo de economia política fez surgir formas diferentes de gerenciamento da população, em que, dentre outros aspectos,

[...] observa-se um deslocamento, mediante o qual o objeto de análise (e de governo) já não se restringe mais ao Estado e aos processos econômicos, passando a ser prioritariamente a sociedade, quer dizer as relações sociais, as sociabilidades, os comportamentos dos indivíduos, etc. (Gadelha, 2009, p. 145).

Nesse contexto, é interessante enfatizar aquilo que Michel Foucault já elucidava na obra *Os Anormais*, em que, ao estudar as antigas técnicas corretivas, foi problematizando o quanto as adaptações surgidas eram mais adequadas à nova economia. A partir delas entende-se que

[...] o incorrigível, na medida em que é incorrigível, requer um certo número de intervenções específicas em torno de si, de sobreintervenções em relação às técnicas familiares e corriqueiras de educação e correção, isto é, uma nova tecnologia de reeducação, da sobrecorreção (Foucault, 2001, p. 73).

Não pretendemos colocar os sujeitos deficientes em paridade com os sujeitos incorrigíveis de dois séculos e meio atrás. Porém, é a partir das diferentes intervenções, apontadas por Foucault (2001) no excerto anterior, que problematizamos uma das grandes características da sociedade de normalização, uma vez que é por meio dessas intervenções e sobrecorreções que se efetivam as práticas de normalização. Foucault (2014b) utiliza de forma pedagógica os achados históricos em torno da situação da peste e da varíola, para tensionar os princípios de inclusão e exclusão. O filósofo nos trouxe, a partir desse estudo, discussões em torno das muitas estratégias que permitiram que todos os sujeitos passassem a permanecer em meio à sociedade, sendo evitada a exclusão pela morte ou segregação social. É importante enfatizar que a eficiência das diferentes intervenções foi se tornando essencial e a flexibilização em torno das normalidades diferenciais se tornando cada vez mais evidentes e necessárias.

Ao pensar como as estratégias operam na construção das normalidades diferenciais junto à sociedade de normalização, trazemos, como uma forma de exemplificação, a antiga arte de contar histórias. Desde os primórdios da civilização, esse hábito se mostra potente para educar, principalmente as crianças. É no exercício de pensar a vida, a partir da ficção, que vamos nos aproximando do cotidiano dos personagens, através de um jogo moral, que aos poucos vai regulando comportamentos. No caso do discurso inclusivo, a literatura tem se mostrado um potente instrumento, que, ao longo do tempo, vem orientando sobre o que se pode dizer e fazer com relação às pessoas com deficiência, às questões de gênero, de raça, etc.

Até aqui entendemos as histórias infantis como um importante instrumento para colocar em funcionamento estratégias que dão solo ao discurso da inclusão e que, na atualidade, põem em movimento estratégias significativas ao jogo neoliberal. Na seara dessa discussão, traremos a seguir análises de alguns ditos de livros de literatura infantil da coleção *Cirandas das Diferenças*, que objetivam diminuir o preconceito em relação às deficiências. Olhamos o

conjunto das enunciações abaixo, tensionando o “desejo de vencer”⁵ as dificuldades, demarcação tão proeminente, que faz funcionar mecanismos de intervenção da norma, movimentando e fortalecendo, uma vez mais, o jogo das verdades neoliberais. Nesses excertos, percebe-se a incitação à compreensão de que é possível vencer os limites das supostas deficiências.

Geraldo, muitas vezes, **sentia-se desafiado a fazer atividades que acreditava não poder realizar** [...] É verdade que **Geraldo às vezes pensava em desistir** e, quando isso acontecia, mudava para a cor branca (Honora, 2010, p. 27, grifos nossos).

Um novo ano começou e com ele novas possibilidades. Sofia e tia Maristela teriam muito trabalho. Mas **todos haviam aprendido uma grande lição: Não desistir nunca** (Honora, 2010, p. 4, grifos nossos). Fernandinha estava convencida, **continuava treinando** o canto com seu papagaio (Honora, 2010, p. 31, grifos nossos).

As verdades de uma sociedade neoliberal, após alguns anos, passaram a modificar o olhar para o discurso inclusivo. Dentre tantas, a lógica do empresariamento de si (Gadelha, 2009) fez funcionar a máxima de superação individual. As estratégias elaboradas para vencer os discursos de capacitismo⁶, focando na superação dos limites, trouxeram outros olhares para o discurso inclusivo. Como parte dessa discussão em torno das verdades neoliberais que operam no espaço da norma, percebe-se, também, um discurso moral que põe o sujeito se olhando como culpado, caso não consiga superar suas limitações. Há, nesse contexto, um olhar que parte da comparação com os demais animais, personagens da história, que determina a medida da normalidade.

Quando insistimos em aproximar nossa problematização em torno da sociedade de normalização com os princípios de uma lógica de governo neoliberal é porque esses dois cenários se articulam e operam juntos, não apenas por se encontrarem no tempo histórico do presente, mas por acontecerem apoiados em princípios semelhantes que se retroalimentam e

⁵ A expressão “desejo de vencer” é colocada entre aspas, por nós, por tratar-se de um jogo de palavras ligado a uma lógica neoliberal, localizada em uma teoria crítica e positivista sobre a vida.

⁶ Capacitismo é uma das expressões utilizadas para denominar atitudes preconceituosas e discriminatórias com as pessoas com deficiência.

conversam sobre as mesmas estratégias de operacionalização dessa norma que se flexibiliza e regula.

O neoliberalismo pode ser entendido como a ciência do capital humano, pois ele investe em compreender mais o sujeito para intervir. A essa noção de compreender o sujeito, une-se o empenho neoliberal de defender o desenvolvimento pessoal, para que todos possam, de uma forma ou outra, fazerem-se participantes do jogo simbólico do viver melhor, utilizando e aprimorando as suas habilidades. A concorrência não terá força sem que o sujeito esteja apto para fazê-la acontecer, por isso o investimento de estudo e programas que possam trabalhar as aptidões. Estratégias e intervenções, que busquem fazer com que todos estejam sobre a égide de uma relação de concorrência com os demais, serão sempre estudadas para que sofram ajustes.

Nesse movimento de busca e aprimoramento, feito por cada um e por todos ao mesmo tempo, a desaprovação a qualquer comportamento associado à preguiça é sempre evidenciada.

Às vezes, tinha que estudar um pouco mais do que suas colegas, **mas preguiça era uma palavra que Heloísa não conhecia** (Honora, 2010, p. 29, grifos nossos).

Seria complicado conciliar a bengala, usar o olfato e carregar folhas, **mas a preguiça era uma palavra que não existia no dicionário de Danilo** (Honora, 2008, p. 25, grifos nossos).

Luana, mesmo tendo feito uma cirurgia muito delicada, **mostrou-se vitoriosa e melhorava a cada dia**. Logo, logo, poderia ir para casa da árvore em que moraria com sua família (Honora, 2010, p. 11, grifos nossos).

Ao caracterizar o sujeito incorrigível, Michel Foucault problematiza o papel das instituições (família, escola, igreja, quartel, etc.), que buscam estratégias para adaptação das condutas dos incorrigíveis. Nos excertos literários acima são demarcadas intervenções cada vez mais potentes para que esse indivíduo participe efetivamente na sociedade, corrigindo e/ou minimizando os desvios, a fim de aproximá-lo à norma. Vê-se operar cada vez mais estratégias que funcionam para que o sujeito mude a percepção sobre si mesmo, agindo a favor da sua participação útil na sociedade. A incitação para que os sujeitos vençam a suposta preguiça é característica elogiável nesta sociedade, porém fica a

pergunta: cabe a um deficiente somente vencer a preguiça? O quanto temos de estratégias operando para que essa preguiça venha a ser colocada em paridade com a superação das dificuldades advindas de uma deficiência?

Os sujeitos deficientes, na contemporaneidade, são alvos de muitas análises: são observados os seus comportamentos, elaborados seus diagnósticos, destacadas suas comorbidades e, acima de tudo, seu cotidiano é vasculhado. A partir daí, inúmeras práticas corretivas e/ou adaptativas se produzem, algumas sutis, outras nem tanto. Há relações de poder e saberes múltiplos que passam a operar nessa realidade, fazendo acontecer intervenções para cada suposta disfuncionalidade. Nessa correnteza de um poder da ordem da positividade, como nos ensinou Foucault (2022), que procura regular e corrigir a partir de diferentes estratégias, “se encontram as pistas de toda uma genealogia dos discursos sobre a inclusão e das práticas ditas inclusivas” (Pagni, 2017, p. 68), com as quais a norma assume uma função de regulação.

Regulados e corrigidos, os sujeitos deficientes e suas famílias são totalmente partícipes desta sociedade que vivemos. Talvez eles não sejam mais os incorrigíveis de Foucault (2001), que eram submetidos a práticas corretivas – hoje incommuns – como a tortura, o choque, o banho frio, a clausura, mas, certamente, são atingidos por práticas corretivas de outra ordem, mais sutis, talvez. Compreendemos, também, ser potente olharmos o quanto as práticas corretivas servem aos não deficientes, com o objetivo de proporcionar a inclusão, pois são fortes os apelos para um olhar moral mais compassivo, solidário e dito menos excludente.

Todos estavam empenhados em se aproximar de Leonardo [...] eles se aproximavam, **tentavam chamar a sua atenção, davam-lhe carinho, mantinham contato**, mas Leonardo demonstrava poucas respostas. Doutor Coru explicou que isso era normal, **mas que não podiam desistir** (Honora, 2010, p. 29, grifos nossos).

O mais **empenhado nos cuidados** com Patrícia era Pupi, que **passava o dia todo** perto dela e **a ajudava em tudo o que fosse preciso** (Honora, 2010, p. 23), grifos nossos).

A família de Luana tinha **muitos amigos** na floresta, e **todos estavam ajudando** na adaptação da casa da árvore (Honora, 2010, p. 15, grifos nossos).

Juca achava que Daniela era diferente, **mas não teve medo ou receio de ser seu amigo** (Honora, 2008, p. 17, grifos nossos).

Se tensionarmos os ditos sobre inclusão, que todos os dias são veiculados por diversos meios, observaremos que eles fazem circular e reafirmam verdades potentes. O que se pensa e se diz sobre as pessoas deficientes atualmente é muito diferente do que se falava anteriormente. É perceptível que há aspectos formativos e informativos que auxiliam na diminuição do preconceito, mas é preciso suspeitar da ingenuidade de tais ditos. Trata-se de estratégias que regulam a vida dos deficientes, das suas famílias e da sociedade como um todo. Produzir junto à sociedade um olhar de equidade, justiça e igualdade com relação à deficiência é útil à lógica neoliberal já mencionada anteriormente.

Esse olhar da superação a todo custo funciona junto ao neoliberalismo, porque não deixa que ninguém escape de alimentar o jogo do capital humano, todos sempre se esforçando para fazer mais e melhor. Diante dessa compreensão, coloquemo-nos a pensar: será mesmo que a deficiência pode ser vencida? Na maioria das vezes, retirando as deficiências transitórias (ocasionadas por pequenos acidentes), a condição de deficiente acompanhará o sujeito por toda a sua vida. No entanto, a forma de minimizar seus efeitos é convidar aqueles que estão mais próximos do que é considerado como norma, os ditos não deficientes, a operarem em direção a um caminho mais flexível, colocando-se também a serviço do processo de normalização.

É comum perceber o convite aos sujeitos deficientes e não deficientes a superarem o estranhamento que a deficiência possa vir a causar, a sociedade toda é chamada a servir de instrumento para que a inclusão aconteça. As intervenções, os “empenhos” – como menciona um dos excertos acima – são os mais diversos. São potentes, são inusitados, são economicamente caros, às vezes, mas tratam de ser eficazes a todo custo. Buscar posicionar a todos o mais próximo possível da zona de normalidade é um movimento atual, constante e importante a esta sociedade que vivemos.

Esses múltiplos movimentos, que operam nos mais diferentes momentos da vida em sociedade, levam-nos a problematizar muitas das verdades que operam no discurso da inclusão, e tal intenção acontece não por invalidação dele, mas por perceber que todos esses empenhos não são ingênuos e despretensiosos. Eles operam dentro de uma lógica governamental que nos

coloca em funcionamento, enquanto sujeitos, e nos impelem a buscar um lugar no espaço da norma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empenho em trazer os deficientes ao convívio social, seja por qual caminho acontecer, é notável e traz positividade, não desejamos com este movimento de problematização questionar a validade desses feitos. Nas últimas décadas, a inclusão dos deficientes ganhou força exponencial, o que fez com que discursos, instituições, leis, decretos e tantos outros mecanismos tenham operado com o objetivo de efetivar, em alguma medida, a inclusão das pessoas com deficiência, na família, na escola, no trabalho e nos espaços de lazer. No entanto, ao estudar Michel Foucault e aproximar suas teorizações do cenário no qual acontecem as práticas de inclusão dos deficientes, é impossível não questionar por quais estratégias essas verdades são colocadas em movimento.

As discursividades que operam em torno da inclusão são cada vez mais potentes, quanto mais adentrarmos na temática, mais elas emergem e se relacionam à sociedade de normalização. Essas verdades operam a partir de diferentes disparadores, os quais vão instituindo comportamentos, escolhas, posicionamentos, engajamentos e proibições em torno da forma considerada mais adequada de olhar para a pessoa com deficiência. Merece nosso estranhamento e nossa problematização, para enxergarmos esse cenário e percebermos as tramas discursivas que incidem sobre cada um de nós.

A forma como percebemos a deficiência na sociedade hoje é um deslocamento positivo, no entanto sabemos que essa positividade é vivida junto a uma liberdade regulada. É preciso tensionar os caminhos da inclusão, eles não são ingênuos. Dentro de caminhos positivos, há também assujeitamentos e regulações. Menos cruéis? Talvez, mas nesse “pacote” encontramos, também, perversidades e jogos de saber-poder que operam em nome dos traçados de uma sociedade regulada.

REFERÊNCIAS

CANGUILHEM, George. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2016.

EWALD, François. **Foucault, A Norma e o Direito**. Lisboa: VEJA, 1993.

FISCHER, Rosa Maria. **Trabalhar com Foucault**: arqueologia de uma paixão. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e o direito**. São Paulo: Max Limonad, 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva S. A, 1978.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. Curso no Collège de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Tradução de Luis Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2014a.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: o nascimento da prisão. Petrópolis: Ed. Vozes, 2014b.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: Curso do Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2022.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, Governamentalidade e Educação**: Introdução e conexões a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GUEDES, Betina Schramm. A língua de sinais na escola inclusiva: estratégias de normalização da comunidade surda. In: LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica (Org.). **Inclusão Escolar**: conjunto de práticas que governam. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 33-49.

HONORA, Márcia. **Ciranda das Diferenças**. São Paulo: Ed. Ciranda Cultural, 2008. 1ª Coleção.

HONORA, Márcia. **Ciranda das Diferenças**. São Paulo: Ed. Ciranda Cultural, 2010. 2ª Coleção.

PAGNI, Pedro Angelo. A emergência do discurso da inclusão escolar na biopolítica: uma problematização em busca de um olhar mais radical. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro-RJ, v. 22, n. 68, jan./mar. 2017.

POPKEWITZ, Tom; LINDBLAND, Sverker. Estatísticas educacionais como um sistema de razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. **Educação & Sociedade**, Campinas-SP, ano XXII, n. 75, ago. 2001.

SANTOS, Silmara Aparecida dos; SANTOS, Vinicius Rangel dos; FERRARI, Anderson. Problematizando as relações de gênero no filme Roma: cinema, pedagogias culturais e educação. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande-RS, v. 9. p. 146-168, jan./jun. 2021.